

Dinâmica de Mercado e Acumulação: os Complexos Agroindustriais do Arroz e da Laranja

Fernando dos Santos Sampaio¹

Marlon Clovis Medeiros²

O aumento das trocas, tanto nacionais como, sobretudo, internacionais, é um traço distintivo, característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, e por saltos das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista. (...) Certamente, não deveria levantar-se a questão do excedente de capitais se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que, atualmente, se atrasa por toda a parte em relação à indústria, se ele pudesse elevar o nível de vida das massas populares que, a despeito de um vertiginoso progresso técnico, permanecem por toda a parte oneradas pela subalimentação. (...) Mas, se assim fosse o capitalismo não seria capitalismo, porque a irregularidade de seu desenvolvimento e a subalimentação das massas são condições e premissas fundamentais, inevitáveis deste modo de produção.

Lênin

Nosso objetivo no presente artigo é demonstrar as transformações recentes no capitalismo na agricultura brasileiros enfatizando dois setores com distintas características: os complexos agroindustriais do arroz e da laranja. Embora diferentes, o arroz predominantemente voltado ao mercado interno e o suco de laranja ao externo, ambos vem apresentando alto desenvolvimento tecnológico, concentração de capital em alguns grupos empresariais e demonstrando o predomínio da grande produção. O estudo da influência da formação do mercado interno sobre a produção agrícola, o consumo de alimentos e a acumulação de capital agroindustrial nos remetem a dois autores que dedicaram parte importante de suas obras a estas questões: Lênin e Rangel. Estes notabilizaram-se pelo rigor e originalidade com que adotaram os referenciais herdados de Marx para compreenderem *formações econômico- sociais concretas* e o desenvolvimento do capitalismo nestas (respectivamente a Rússia e o Brasil). Nas obras de V. Lênin e I. Rangel encontramos não só a aplicação do método de Marx, mas uma teoria própria e uma análise da dinâmica espacial da acumulação e das diversas formas que o capitalismo e a luta de classes assumem, tomando a *formação econômico-social* como fundamento.

A análise de ambos abre uma perspectiva de que a formação econômico-social comporta arranjos políticos e produtivos específicos, que podem também se manifestar nas escalas regionais, que imprimem não só um ritmo próprio de desenvolvimento do capitalismo, mas toda uma série de diferenças (qualitativas) nas relações que se estabelecem entre as classes que surgem e na

¹ - Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. E-mail: fssampa@bol.com.br

² Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Mestre em Geografia pela UNESP- Presidente Prudente. E-mail: mcmedeiros@yahoo.com.br

sobrevivência e combinação de classes e relações de modos de produção anteriores. Lênin parte da constatação de que as leis gerais do capitalismo não elucidavam completamente a situação da Rússia em fins do séc. XIX, sendo necessário um estudo das manifestações concretas destas relações. Lênin demonstra, por exemplo, que o capitalismo na Rússia não levava a um antagonismo entre o latifúndio feudal e o latifúndio capitalista, como ocorreu no capitalismo clássico. Na Rússia, a própria nobreza, com a reforma de 1861, promovida por Alexandre II, apoiava um processo de modernização capitalista que encaminhava a desintegração da comunidade camponesa, o desenvolvimento da produção intensiva na agricultura, da grande indústria mecanizada e a formação do mercado interno para o capitalismo.

A preocupação de Lênin e Rangel não era demonstrar *o que resiste ao capitalismo*, a *permanência* de classes e relações sociais pré-existentes, mas, pelo contrário compreender como *o capitalismo avança apesar destas permanências*.

Ambos autores procuravam a lei básica do desenvolvimento do capitalismo específica à formação econômico-social, dentro do processo geral de expansão do capitalismo, tendo em conta que se tratam de formações econômico-sociais periféricas, com classes dominantes alinhadas ao capitalismo central. Contudo, em ambos os autores, estas classes dominantes não são vistas homogeneamente como subordinadas ao capital estrangeiro. Há uma permanente tensão entre setores progressistas e conservadores, que ora colaboram entre si, ora entram em conflito, particularmente nos momentos de crise, em que ocorrem rupturas no pacto de poder. Ou seja, a análise da formação econômico-social congrega diferentes arranjos de *classes que compõe o Estado*.

Há alguns aspectos centrais (e semelhantes) na análise de ambos que gostaríamos de ressaltar. O primeiro refere-se a que o desenvolvimento do mercado interno para o capitalismo é central nas transformações da formação econômico-social. O segundo, decorrente do primeiro, refere-se a que o avanço da divisão social do trabalho que impulsiona o desenvolvimento do mercado interno leva por um lado ao domínio da indústria sobre a agricultura e, por outro, a transformação da própria agricultura em um ramo de produção especializado com características industriais. O terceiro refere-se a que a população que deixa o campo transforma-se em mão-de-obra assalariada na indústria e consumidora de produtos industriais e de alimentos. O quarto, que a redução da população agrícola e o avanço do capitalismo no campo conduzem ao aumento de produtividade, a concentração da produção e a integração da agricultura aos mecanismos de beneficiamento e comercialização, o chamado triunfo da grande produção. Por último, uma característica das mais importantes, ambos os autores identificam as transformações da formação econômico-social com a dinâmica cíclica de desenvolvimento do capitalismo, em que as crises são

inerentes e alteram as condições de produção, os embates políticos e a divisão internacional do trabalho.

A questão do mercado para o desenvolvimento do capitalismo foi um tema amplamente estudado por Lênin. Em debate com os populistas russos sobre as características do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin defendia a tese de que o que cria o mercado para o capitalismo é o aprofundamento da divisão social do trabalho, visto que é ela que cria, com a especialização da produção, demanda nas cidades por produtos agrícolas e no campo demanda para instrumentos e ferramentas de trabalho produzidos de forma especializada.

A divisão social do trabalho constitui a base da economia mercantil. A indústria de transformação se separa da indústria extrativa e cada uma delas se subdivide em pequenas categorias e subcategorias, que fabricam produtos particulares na forma de mercadorias, trocando-os com todos os outros produtos. Assim, o desenvolvimento da economia mercantil provoca um crescimento do número de ramos industriais distintos e independentes. (...) Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (família camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma dessas unidades executada todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo. (...) É esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo. (...)” Lênin, (1985. p. 13)

Com base em Lênin, Ignacio Rangel fez análise semelhante para o desenvolvimento no Brasil, defendendo a idéia que com o aprofundamento da divisão social do trabalho criaram-se os mercados necessários para o desenvolvimento do capitalismo. No caso brasileiro uma característica torna-se importante: o fato de no processo de acumulação já existir um mercado prévio para os bens industriais de consumo, o que possibilitou um processo de substituição de importações desses bens, sendo esse um dos motores do desenvolvimento capitalista no Brasil. Para Rangel, o desenvolvimento econômico brasileiro está ligado ao comportamento das Ondas Longas da economia mundial (ou Ciclos de Kondratieff), sendo diferente as nossas respostas às fases de crescimento (ou fase “a”) e de crise (ou fase “b”). Em suas palavras (Rangel, 1982, p. 19):

O paralelismo entre as vicissitudes de nossa história nacional e os ciclos longos é, pelo menos, sugestivo. Com efeito, na fase “b” do 1º Kondratieff, tivemos a Independência; a “b” do 2º deu-nos a Abolição-República; quanto à Revolução de 30, que enquadraria institucionalmente a industrialização, foi, segundo todas as aparências, um incidente da fase “b” do 3º Kondratieff.

Da nossa perspectiva periférica, as fases “b”, ou recessivas, manifestaram-se primordialmente pelo relativo estrangulamento do comércio exterior, reduzindo os *quanta* e piorando os termos de intercâmbio. E isso, não por períodos limitados, como as fases declinantes dos ciclos médios ou de Juglar, mas sustentadamente, por todo um quartel de século, dando tempo a que as economias periféricas se ajustem à nova situação. No caso brasileiro, pelo menos, a economia tem encontrado sempre meios e modos de ajustar-se *ativamente* à conjuntura implícita no ciclo longo. Em especial, confrontada com o fechamento do mercado externo para os nossos produtos – manifestando nos volumes físicos e nos preços relativos – resultante da conjuntura declinante dos países cêntricos,

temos reagido por *uma forma qualquer de substituição de importações*, ajustada ao nível de desenvolvimento de nossas forças produtivas e ao Estado das nossas relações de produção, isto é, enquadramento institucional em que se devem mover aquelas forças. Outros países ajustam-se *passivamente*, isto é, renunciando, em considerável medida, aos bens e serviços entrados em nossos hábitos de consumo e em nossas funções de produção, na fase ascendente do ciclo.

Estes processos analisados por Rangel e Lênin são fundamentais para compreendermos as transformações nos complexos agroindustriais do arroz e da laranja no Brasil, as mudanças técnico-produtivas na lavoura, a acumulação de capital, os mecanismos de comercialização e a dinâmica dos mercados consumidores. Os grandes períodos de mudança na dinâmica da produção agrícola e agroindustrial destes produtos devem ser buscados na formação da economia de mercado interno no Brasil, no processo de industrialização, e na dinâmica cíclica do desenvolvimento econômico.

A Dinâmica da Produção Agrícola no Âmbito da Formação do Mercado Interno e da Industrialização Brasileira

Ao abrir-se o período depressivo do terceiro Kondratieff, na década de 1920, o Brasil é confrontado com uma contração do mercado de seu principal produto, o café, ao passo que se dificultam as importações que abasteciam o consumo interno. O desequilíbrio que se segue leva a uma reestruturação da sociedade brasileira, com a subida ao poder do latifúndio voltado ao mercado interno, amadurecido politicamente. A década de 1930 marcou uma série de transformações na sociedade brasileira que permitiu um aumento do mercado interno para produtos agrícolas. A tomada do poder por Getúlio Vargas e a adoção de uma política industrializante criaram as condições para um aprofundamento da urbanização e, conseqüentemente, um aumento do mercado interno para os produtos agrícolas. É bom lembrar que o pacto de poder firmado com a Revolução de 1930 se deu entre os latifundiários feudais-comerciantes e a burguesia industrial nascente. Esse novo pacto criou possibilidades de novas frações da burguesia utilizarem o poder do Estado para satisfação de seus interesses.

É um período de centralização política do Estado, e conseqüentemente, das políticas agrícolas como demonstra Delgado (1997). O governo Vargas tinha por objetivo aumentar o contato federal direto nas regiões, minando os alicerces da política dos governadores (Skidmore, 1988). As políticas perdem o caráter estadual, federalizando-se, mas Vargas dialoga com os diferentes blocos regionais criando um pacto de poder nacional. O novo governo, como estratégia de integração nacional, revê as jurisdições fiscais pelas constituições de 1934 e 1937, eliminando os impostos interestaduais (Skidmore, 1988). Isto favorece a circulação nacional de produtos, marcando um

período em que a produção agrícola cresce a ritmos superiores ao crescimento populacional, o que reforça a condição capitalista desta.

A urbanização, causa e consequência de um aprofundamento da divisão social do trabalho, criou nas grandes cidades um mercado para os produtos agrícolas que deixaram de ser produzidos pela população que foi viver nestes centros. Quanto mais se aprofunda o processo de urbanização, maior é o aumento da demanda para produtos agrícolas. Diante do rápido crescimento da população urbana problemas relacionados ao abastecimento das cidades passam a ser comum. O papel do Estado na distribuição de alimentos³ é presente desde 1918, com a criação do Comissariado de Alimentação Pública, que tinha o objetivo de regular preços e estoques dos gêneros de primeira necessidade.

A partir de 1930, o governo passou a direcionar de forma mais intensa o desenvolvimento econômico, particularmente o industrial. Isso cria um maior êxodo para as cidades, aumentando a população urbana e os problemas de abastecimento. Para resolver tais problemas, o governo de Getúlio Vargas criou uma verdadeira máquina administrativa com o objetivo de controlar os problemas relacionados ao abastecimento. A administração de tais problemas abrangia desde o incentivo à produção até o controle de preços (Belik, 2001).

Com o rompimento da dinâmica de complexo rural que movia a sociedade brasileira (Rangel, 1990), o mercado interno inicia expansão expressiva, a qual podemos observar pelo crescimento da população urbana “às expensas da população agrícola” (Lênin, 1985), acompanhado de crescimento da produção agrícola. A industrialização brasileira, como explica Rangel (1986) desenvolveu-se nas condições paradoxais de estabelecimentos industriais de bens de consumo não duráveis, com equipamentos e instalações, produzidos pré-industrialmente. Isto ocorreu em condições de crise agrária, o que implicou expulsão de população rural, que viria a procurar outras ocupações na indústria nascente. A população urbana que representava apenas 31,2% do total em 1940, chega em 1970 a 55,9%, configurando um aumento absoluto de 304% no número de habitantes, em apenas 30 anos. No mesmo período, a população rural que representava 70% do total, decresce para 44% em 1970 num aumento relativo de apenas 44,7% no número de pessoas. O crescimento da população urbana continua em ritmo menor, mas constante, ao longo das décadas seguintes, chegando em 1980 a 67,5% da população total, a 75% em 1990 e a 81% em 2000⁴ como demonstra a tabela nº 1.

³ - Para maiores detalhes sobre o problema da distribuição de alimentos no Brasil, ver Walter Belik *Muito Além da Porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Campinas: Unicamp-IE, 2001. Em especial o capítulo 3.

⁴ Censos Demográficos IBGE, vários anos.

Tabela 1 – Brasil – Evolução da População Total, Urbana e Rural – 1920-2000					
	Total	Urbana	%	Rural	%
1920	30.635.605
1940	41.236.315	12.880.182	31,2%	28.356.133	68,8%
1950	51.944.397	18.782.891	36,2%	33.161.506	63,8%
1960	70.070.457	31.303.034	44,7%	38.767.423	55,3%
1970	93.139.037	52.084.984	55,9%	41.054.053	44,1%
1980	119.011.052	80.436.409	67,6%	38.566.297	32,4%
1991	146.825.480	110.990.990	75,6%	35.834.485	24,4%
1996	157.070.160	123.076.830	78,4%	33.993.332	21,6%
2000	169.799.170	137.953.959	81,2%	31.845.221	18,8%

Fonte: Censos Demográficos, vários anos. IBGE

Estes dados permitem demonstrar o aprofundamento da divisão social do trabalho no Brasil, uma vez que parte da população rural antes dedicada a atividades não-agrícolas (confeção, construção, produção de insumos etc) torna-se população urbana empregada em atividades industriais, as quais suprem os mesmos bens antes produzidos artesanalmente (Rangel, 1990). Assim, o mercado só se desenvolve graças à divisão social do trabalho, a qual separa os trabalhos produtivos e transforma seus produtos em mercadorias (com valores de troca equivalentes), levando-os a servirem de mercados uns para os outros (Lênin, 1985). Neste processo a agricultura converte-se em mais um elo da divisão social e técnica do trabalho, necessitando de insumos e equipamentos produzidos por um setor especializado (indústria química, indústria mecânica entre outros), bem como fornecendo produtos que se transformam em matéria-prima a outros setores (agroindústria, indústria de alimentos entre outros)⁵. Com isto, abre-se espaço para a expansão da agricultura comercial de mercado interno, que até então era secundária no Brasil, criando-se assim, uma série de condições favoráveis para a comercialização de alimentos, entre eles a laranja e o arroz.

O arroz ganha espaço com o aumento do consumo e como beneficiário de recursos para a expansão da lavoura, em especial no RS, estado que já apresentava crescente produção e uma “classe de arroteiros” suficientemente organizados para obterem apoio⁶. No primeiro governo de Getúlio Vargas é criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Branco do Brasil, a qual visava o financiamento de atividades agroindustriais e de indústrias de alimentos. Cria-se

⁵ A este respeito, Lênin (1985, p. 14) observa: “É evidente que a separação entre as indústrias transformativas e as extrativas, a separação entre manufatura e agricultura, transforma a própria agricultura em uma indústria, ou seja, num ramo econômico que produz mercadorias”.

concomitantemente os empréstimos para custeio agrícola e o tabelamento dos gêneros considerados “básicos” na alimentação do trabalhador como feijão, mandioca, arroz e carne bovina. No segundo governo Vargas, como continuidade da política industrializante criam-se indústrias de equipamentos agrícolas e de fertilizantes, esboçando-se uma política de modernização da agricultura que será levada a efeito no governo de JK e no período militar.

O grande salto para a citricultura brasileira se deu no final da década de 20 e na década de 30, quando, com a crise do café e a necessidade de atividades alternativas iniciaram-se formas mais eficazes para a exportação de laranjas, o que levou a um aumento da produção e do nível técnico adotado. A urbanização mais intensa e a perspectiva de um mercado exterior para a laranja criaram o impulso necessário para o seu desenvolvimento como atividade comercial mais especializada. Com o aumento da população que vivia nas cidades, iniciou-se uma produção voltada para o mercado. Os canais de comercialização continuaram os mesmos, mas a produção já se inseria de forma mais marcante num processo de divisão social do trabalho. Mesmo como cultura secundária, a citricultura tornava-se mais especializada, transformando-se numa atividade comercial propriamente dita, que passa a atender o mercado externo também.

Uma classe de comerciantes especializados no comércio da laranja vai se constituindo como um importante fator na comercialização da fruta. O papel de imigrantes comerciantes que passam a atuar no abastecimento das cidades e nas exportações é de grande importância no desenvolvimento da citricultura brasileira. Inicialmente esses comerciantes atuam somente como exportadores ou na compra e venda da laranja para o mercado interno. Na década de 1950, eles passam a ter seus próprios pomares, consolidando-se como produtores também. Conforme o mercado externo foi tornando-se importante, houve um crescimento das áreas plantadas com laranjas, havendo assim uma produção superior à demanda interna. Esse fato provocou crise no setor citrícola quando houve retração das exportações durante a Segunda Guerra Mundial. Vários pomares foram abandonados, criando condições para a proliferação de doenças, o que aumentava a crise no setor. A área cultivada sofreu grande redução entre os anos de 1940 e 1950, mas recuperou-se depois. A especialização e consolidação de uma região citrícola vai se tornando evidente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

No governo Juscelino Kubistchek (1956-60), embora o desenvolvimento da agricultura não estivesse entre as metas principais, são criados incentivos à produção de trigo e à formação de cooperativas agrícolas no Sul do Brasil. Criam-se os serviços de extensão rural com o objetivo de atuar diretamente sobre o agricultor, no sentido da mudança técnico-produtiva. Ao mesmo tempo,

⁶ No RS na década de 1920 a rizicultura passava por séria crise, como destaca Fraquelli (1979), o que leva as lideranças, reunidas no sindicato arroseiro, a unirem-se em 1928 em torno da candidatura de Getúlio Vargas, com propostas protecionistas e modernizadoras.

aumentam os recursos à indústria alimentícia, em especial a de frigoríficos e matadouros industriais (Lessa, 1982).

No período do governo militar, consolida-se o mercado interno, ao passo que a expansão da rede rodoviária (por ex. a abertura da BR 101, no sentido Norte-Sul) facilita o transporte de alimentos inter-regiões, estimulando o crescimento da indústria alimentar e dos beneficiadores de pequeno porte, como no caso do arroz. A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), irá representar pela primeira vez na história do Brasil, a existência de uma política agrícola abrangente, não restrita a alguns produtos (Delgado, 1985), associada aos serviços de extensão rural, a formação de cooperativas agrícolas e à pesquisa agropecuária, que se consolida na década de 1970 com a Embrapa e as empresas de pesquisa estaduais.

O mercado consumidor de arroz, a partir da década de 1970, diminui sua dinâmica, por um lado, pelo menor crescimento relativo da população urbana em relação aos períodos anteriores, e por outro, como afirmam Giordano e Spers (1998), por uma diminuição dos gastos familiares com o consumo de arroz, substituído por outros alimentos como massas e biscoitos. Com exceção do Rio de Janeiro, em todas as demais regiões houve, no período 1987-96, diminuição dos gastos mensais com arroz. Ressalte-se ainda que o arroz, tendo seus preços administrados, não obtinha em contrapartida, uma redução dos preços de seus insumos de origem industrial (Fraquelli, 1979). Em termos relativos, no período 1983-2000, o consumo total de arroz no Brasil cresceu em torno de 28%, enquanto o consumo percapita cresceu em torno de 5% como podemos observar na tabela nº 2. No mesmo período, o consumo percapita de feijão aumenta em 21,9% e o de milho em torno de 47,5%⁷. Pelos dados da tabela nº 2 fica claro que o consumo total de arroz no Brasil teve pequeno crescimento, enquanto o consumo percapita apresentou inicialmente crescimento, para posteriormente regredir a níveis inferiores ao início da década de 1980. O aumento de consumo total deveu-se ao crescimento vegetativo da população, que relativamente vem consumindo menos arroz, o que indica uma *mudança no padrão de consumo de alimentos*⁸.

⁷ Dados de Zandonadi, 1996.

⁸ O pequeno incremento do consumo de arroz (bem como do feijão), deve-se ao fato deste ocorrer predominantemente “in natura”, praticamente não havendo produtos derivados que estimulem o consumo além das necessidades básicas diárias. Situação totalmente inversa ao que ocorreu com produtos como carne de frango, carne de suínos e soja. Para estes produtos, o surgimento de diversos derivados de alto valor agregado possibilitaram um crescimento expressivo do consumo.

Tabela nº2- Evolução do Consumo, da Produção e da Importação de Arroz no Brasil e da Produção em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1983-2000).

	Consumo de Arroz no BR				Prod. BR (ton)	Var. %	Prod SC (ton)	Var. %	Prod. RS (ton)	Var. %	Import. de Arroz no BR (ton)	Var. %
	Total (ton)	Var. %	Per capita	Var. %								
1983	9.150	100	72,2	100	7.741.753	100	395.389	100	2.220.497	100	465.000	100
1984	9.200	100,5	70,9	98,1	9.027.363	116,6	453.057	114,5	3.119.013	140,4	91.000	19,5
1985	9.660	105,5	72,9	100,9	9.024.555	116,5	446.718	112,9	3.207.046	144,2	500.000	107,5
1986	10.240	111,9	76,1	105,4	10.374.030	134	450.914	114	2.987.617	134,5	2.074.000	446
1987	10.000	109,2	72,9	100,9	10.425.100	134,6	504.756	127,6	3.561.498	160,3	235.000	50,53
1988	10.500	114,7	75,1	104	11.807.242	152,5	553.292	139,9	3.881.290	174,7	190.000	40,86
1989	10.800	118	75,9	105,1	11.092.000	93,9	555.141	140,4	4.081.217	183,7	252.500	54,3
1990	11.000	120,2	76,0	105,2	7.420.931	95,8	567.686	143,5	3.076.955	138,5	717.600	154,3
1991	11.220	122,6	76,3	105,6	9.488.007	122,5	597.059	151	3.916.687	176,3	1.296.600	278,8
1992	11.332	123,8	75,9	105,1	10.006.292	129,2	689.108	174,2	4.757.022	214,2	732.300	157,4
1993	11.445	125	75,5	104,5	10.107.310	130,5	598.372	151,3	4.869.061	219,2	880.900	189,4
1994	11.560	126,3	75,2	104,1	10.540.789	136,1	666.996	168,6	4.153.618	187	1.565.500	336,6
1995	11828	129,2	75,8	104,9	11.226.064	145	708.427	179,1	4.874.136	219,5	978.600	210,4
1996	11652	127,3	74,0	102,4	8.643.803	111,6	531.012	134,3	4.122.103	185,6	977.400	210,1
1997	11664	127,4	73,2	101,3	8.351.665	107,8	576.452	145,7	4.076.346	183,5	1.223.000	263
1998	11664	127,4	72,3	100,1	7.716.090	99,6	634.841	160,5	3.519.752	158,5	2.073.300	445,8
1999	11699	127,5	71,7	99,3	11.709.694	151,2	799.931	202,3	5.649.398	254,4	1.310.000	281,7
2000	11700	127,8	70,9	98,1	11.134.588	143,8	799.031	202	4.981.014	224,3	885.000	190,3

Fonte: Medeiros, 2002.

Não obstante as condições anteriormente analisadas, o padrão de consumo do arroz vem sofrendo alterações, embora tímidas, com o crescimento do consumo de produtos derivados como risotos desidratados (arroz carreteiro) e produtos semi-prontos como “sopões” a base de arroz como destacam Giordano e Spers (1998). Esta produção concentra-se nas indústrias de alimentos como Knorr, Uncle Bens e Maggi, pois entre os grupos agroindustriais do arroz predomina a produção do arroz branco e parboilizado. Excetua-se o grupo Josapar (RS) que vem investindo numa diversificação da produção como óleo de arroz, alimentos semi-prontos com arroz e linhas infantis à base de farinha de arroz (Guimarães, 2001), bem como a Santalúcia Alimentos Ltda (RS), que por meio de importação, produz tipos de arroz específicos para culinária gaúcha, italiana e japonesa (Benetti, 2000).

A consolidação da citricultura brasileira possibilitou a existência de uma infra-estrutura para a industrialização da fruta. Com a crise na citricultura da Flórida ocasionada pela geada de 1962, capitais americanos se instalam no Brasil para a produção do suco de laranja concentrado e congelado. A explicação da escolha do Brasil para a instalação dessas fábricas processadoras está no fato de já existir aqui uma citricultura consolidada. O Brasil, na época, era o segundo maior produtor de laranjas do mundo, já havia um setor da burguesia estruturado na comercialização da laranja e algumas experiências de industrialização.

Com a saída do capital estrangeiro das fábricas de suco no Brasil, após a recuperação dos pomares na Flórida, grupos locais assumem as fábricas e passam a produzir o suco voltado ao abastecimento do mercado externo. Os comerciantes que, desde a década de 1930, já se

estruturaram ligados à citricultura assumiram as fábricas transformando-as em grandes indústrias processadoras no decorrer dos anos 1970 e 1980.

A partir dos incentivos fiscais e creditícios dados pelo Estado nos anos 60 e 70, a citricultura vai se consolidando como um setor voltado aos interesses industriais, havendo uma grande expansão da área cultivada com laranja. Já na década de 1970, a indústria citrícola brasileira era a maior exportadora de sucos do mundo. Na década de 1980 a indústria já se consolidava como um oligopólio, mas enfrentava uma classe de citricultores organizados e combativos, o que causava vários conflitos entre as partes. A ação regulatória do Estado, através da Cacex, acabou levando a uma concentração maior entre as empresas, enfraquecendo os produtores. A adoção do Contrato Padrão no final da década de 1980, levou a citricultura a ter rendimentos altos, o que causou grande expansão das áreas plantadas nos anos 90. Esses fatores se manifestaram de forma clara no espaço agrário paulista, causando transformações significativas nas regiões produtoras de laranja, principalmente em relação à submissão da agricultura a grande indústria.

No caso do arroz, as recentes mudanças refletem também, a abertura de mercado na década de 1990. A partir do governo Collor, houve aumento considerável de importações (como demonstrado pelos dados da Tabela 2) com a redução das barreiras tarifárias e de controles administrativos à entrada de *commodities* agrícolas no mercado interno, conjuntamente ao aumento dos subsídios à produção e comercialização agrícola nos países desenvolvidos (Zandonadi, 1996). Com isto, os produtores brasileiros passaram a competir internamente com produtos importados a preços subvencionados, resultando numa dependência maior do mercado externo para o abastecimento interno. Assim, como assinala Zandonadi (1996, p. 34), mesmo no caso de produtos como o milho, o trigo e o arroz que normalmente não atendem toda a demanda interna, “os estoques permanecem de uma safra para outra sem comercialização no mercado interno, enquanto se importam grandes volumes de produtos”. Como observamos na tabela nº 2, em diversos anos o consumo de arroz, calculado pela CONAB, foi inferior à produção brasileira de arroz. Entidades como a Associação Brasileira da Cadeia Produtiva do Arroz-Abrarroz que representa interesses de produtores agrícolas e industriais, vêm pressionando o Estado para impedir a importação, via taxações.

O EUA vem exercendo fortes pressões internacionais para venda de seu arroz, conseguindo forçar por meio da OMC, até mesmo o Japão a importar o produto (Giordano e Spers, 1998). Os EUA oferecem 36 meses para pagamento do arroz, que tem sua produção subsidiada⁹. Os países do Mercosul, em especial a Argentina e o Uruguai, constituem-se conjuntamente aos EUA e países asiáticos (como o Vietnã), em grandes exportadores de arroz para o Brasil. Nestes países o

⁹ Jornal Correio do Povo. Porto Alegre, Quinta-Feira, 8 de Novembro de 2001.

crescimento da produção ao longo da década de 1990, ocorreu em expectativa ao aumento das vendas para o Brasil, com tarifas de importação zeradas (Giordano e Spers, 1998). Durante a década de 1990, somente o estado do RS importou em média 60% da produção total de arroz uruguaio e 40% do argentino (Rucatti e Kayser, 1997). Os custos de produção mais baixos, e a oferta de terras propícias, em especial na fronteira com o RS, têm levado produtores brasileiros a adquirirem terras no Uruguai e Argentina para produção de arroz irrigado (Benetti, 1994). As baixas taxas para importação de arroz levaram a uma queda artificial dos preços para a matéria-prima às indústrias, e promoveram *dumping* da produção brasileira que decresceu (tanto em termos de produção quanto de área plantada) significativamente do início do plano Real até fins da década de 1990, só recuperando-se no ano 2000, mas tornando a decrescer em 2001.

Enquanto no caso da produção de arroz o problema se deu pelo aumento das importações em detrimento da produção interna, no caso do suco de laranja, que é um produto basicamente voltado ao mercado externo e o Brasil sendo o maior produtor e exportador mundial, no período do “populismo cambial” chegou-se a importar suco de laranja concentrado e congelado (conforme os dados da tabela 3). O Brasil mesmo passando por um crescimento intensivo na produção de arroz nos anos 1990, não se encontra em condições para se tornar um exportador de arroz competindo com os grandes produtores no leste asiático¹⁰. No caso da laranja, o Brasil tem buscado no mercado asiático uma área para expansão de suas exportações¹¹.

Em relação aos mercados consumidores do suco de laranja, merece destaque, nos anos 90, a Europa e os Estados Unidos. A Europa tornou-se, na década de 1990, o principal mercado para o suco brasileiro aumentando suas importações em mais de 300 milhões de toneladas, ao mesmo tempo as exportações para os Estados Unidos tiveram uma queda acentuada entre 1990/91 e 1995/96, havendo uma recuperação a partir deste ano, mas não atingindo o volume importado no início da década. O Canadá, de grande comprador dos sucos brasileiros na década de 80, passou a uma posição de menor destaque a partir da safra de 1991/92, ocasionada pelos incentivos à compra do produto dos Estados Unidos, com a formação do NAFTA.

¹⁰ - No âmbito mundial, o Brasil, apesar de ocupar a décima posição em volume de produção, encontra-se muito aquém dos maiores produtores, como China e Índia. Por ordem de importância, os principais produtores mundiais de arroz são: China (200 milhões de toneladas), Índia (132 milhões de toneladas), Indonésia (50 milhões de toneladas), Bangladesh (34 milhões de toneladas), Vietnã (31 milhões de toneladas), Tailândia (23 milhões de toneladas), Mianmar (20 milhões de toneladas), Filipinas (11 milhões de toneladas), Japão (11 milhões de toneladas), Brasil (11 milhões de toneladas) e EUA (9 milhões de toneladas).

¹¹ - Uma estratégia adotada pelo setor de sucos cítricos no Brasil tem sido aumentar suas exportações para esses novos mercados (principalmente o chinês, que reduziu suas tarifas sobre o suco brasileiro de 35% para 7,5%).

Tabela 3 – Produção, Área Rendimento, Importações e Exportações – Brasil – 1991-2000

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produção de Laranja (1.000 t)	16.067	16.709	15.955	14.806	16.671	18.585	19.517	17.622	19.356	18.454
Área Colhida (1.000 ha)	981	987	998	896	855	976	975	1.015	1.022	862
Rendimento (kg/ha)	16.382	16.937	19.974	16.528	19.500	19.035	20.009	17.364	18.936	21.413
Importações de Suco (1.000 t)	...	0,0	0,0	0,2	1,0	1,0	1,2	2,7	0,2	0,3
Exportações de Suco (1.000 t)	...	976,2	1.177,3	1.154,5	968,9	1.189,1	1.186,5	1.236,2	1.176,8	1.276,8
Exportações de Laranja (1.000 t)	109,5	82,5	89,9	140,3	114,1	99,2	91,7	65,6	103,1	75,3
Disponibilidade Per Capita de Laranja (kg/hab/ano)	108,5	111,3	104,7	95,4	106,3	117,1	121,5	108,5	117,6	110,9

Fonte: SAMPAIO, 2003.

A busca de novos mercados trouxe importante crescimento do mercado asiático, apesar da falta de tradição como importadores de sucos. Tem-se feito grande esforço em transformar essa área em importante parceiro comercial na exportação de cítricos, devido ao seu grande mercado consumidor e o alto potencial de crescimento. A queda das exportações para os Estados Unidos deveu-se principalmente à recuperação dos pomares da Flórida e as fortes barreiras à entrada do suco brasileiro em seu mercado.

Através da Abecitrus, o setor tem feito campanha contra o protecionismo norte-americano e levado o governo brasileiro a contestá-lo junto à OMC. No entanto, o governo americano tem deixado claro que “o congresso dos Estados Unidos não aceitará acordos de comércio que coloquem em risco a agricultura do país”¹² e que, portanto, será mantida sua política de sobretaxas ao suco brasileiro como forma de proteger a indústria citrícola da Flórida, pois como a indústria brasileira no setor citrícola tem custos muito mais baixos, uma abertura geral para as importações representaria um grande golpe na citricultura da Flórida.

Dinâmica Espacial da Produção

A partir da década de 1980 decaiu a produção de arroz nos estados com menor produtividade (SP, PR, GO e MG), enquanto nos estados que investiam na cultura do arroz irrigado (SC e RS) e no arroz de sequeiro em grande escala (MT), ampliam significativamente a produção. Este processo aprofunda-se a ponto de, no ano 2000, o RS concentrar 44,61% da produção nacional, enquanto o estado do MT concentra 12% e SC chega a 7,17%. Assim, a redução drástica da produção de arroz em SP e PR não esteve associada à política federal explícita de erradicação e reconversão, como havia acontecido com o café. A mudança ocorreu em virtude do surgimento de condições de mercado mais propícias a outros produtos, que interessaram aos produtores e empresários agrícolas

¹² - Afirmação do presidente da comissão de agricultura da Câmara de Deputados americana, Larry Combest. In O Estado de São Paulo 17/01/2002. p. B2.

e as condições técnicas inferiores para o arroz de sequeiro, em relação ao irrigado. Por outro lado, o intenso crescimento da produção de arroz irrigado em SC e RS deveu-se ao estímulo de programas federais e à organização dos grupos locais em torno das melhorias de técnicas da produção, do acesso a financiamentos, da melhoria da estrutura de comercialização com a expansão de diversas cooperativas e de agroindústrias.

Com esta mudança o crescimento extensivo da produção de arroz abre espaço, paulatinamente para um crescimento intensivo. Por outras palavras, ocorre diminuição no número de produtores (centralização), com aumento da produtividade da terra e do trabalho, em especial da terra, pois a mecanização já vinha ocasionando elevação da produtividade do trabalho, nos estados de SC e RS.

A dinâmica espacial da produção brasileira de arroz vem desenvolvendo-se por meio de permanências e rupturas, que ocorrem de uma maneira lenta e gradual em comparação a outros produtos como o café e a soja. Nunca houve uma política explícita direcionada ao arroz (embora tenha havido programas nacionais como o PNP-Arroz da Embrapa e o Pró-Várzeas, que, no entanto, não era direcionado especificamente para o arroz), seja de incentivo a novas áreas ou erradicação da produção em áreas problemáticas, como aconteceu com o café e o trigo. Isto acentua as características regionais no direcionamento da produção, dos padrões técnicos, da área plantada, da organização e relação entre os grupos envolvidos, da rotação e substituição de culturas.

O crescimento da produção de laranjas no Brasil foi intenso a partir do processo de industrialização do suco. O Estado de São Paulo, palco da industrialização mais intensa, foi o Estado no qual o crescimento da área e produção foi mais marcante. A principal modificação notada em relação à dinâmica espacial se deu em relação às diferenças entre os tamanhos de estabelecimentos produtores de laranja nos Estados Brasileiros. Os Estados de São Paulo e Minas Gerais têm uma estrutura de produção bem diferente dos outros Estados brasileiros, havendo um predomínio dos médios e grandes estabelecimentos no valor da produção.

A década de 1980 representou algumas alterações significativas, principalmente ligadas às estratégias empresariais na aquisição da matéria-prima, que acabou levando a um aumento da produção nos anos 1990 e uma nova dinâmica se impôs na citricultura paulista, incorporando novas áreas e alterando características nas tradicionais áreas produtoras, principalmente o papel que a grande produção passou a ter nessa região. Os estabelecimentos grandes e muito grandes passam a representar cerca de 80% do valor da produção na área de Expansão Sul e 92% na área do Triângulo Mineiro. Estas áreas estão sendo ocupadas por grandes fazendeiros e pelos pomares próprios das empresas. Os baixos preços das terras e o ganho de escala obtido com a grande produção compensam o aumento dos gastos com transporte da fruta para a indústria. Tal característica não se

apresenta na região onde tradicionalmente se cultivava a laranja no Estado (a Região Citrícola Paulista), onde cerca de 62% do valor da produção encontra-se nos médios e grandes estabelecimentos. Nesta região houve grande perda de área plantada, mas não de produção.

Em parte, essa produção nas áreas de expansão está associada a uma estratégia de verticalização da produção pelas empresas (adotada em graus diferentes mas com todas empresas possuindo algum grau de integração), como é o caso da Citrovita na Região de Itapetininga e da Cargill no Triângulo Mineiro. Com a entrada das novas firmas e o aumento da capacidade de esmagamento, a produção de laranjas foi crescendo e sendo absorvida pelas empresas, que preferiram esmagar a laranja e estocar o suco, esperando momentos de alta nos preços para vendê-lo. A estrutura do setor citrícola se constituiu de forma que a indústria possuía uma capacidade de esmagamento muito maior que a produção de laranjas e esta era muito maior que a capacidade de absorção do mercado, criando-se assim, ao mesmo tempo, uma superprodução de suco e de frutas e uma capacidade ociosa da indústria.

Essa superprodução foi causada pela entrada da produção citrícola das áreas de expansão. As firmas processadoras representavam um mercado atrativo e alguns grupos de citricultores procuraram montar suas próprias indústrias processadoras, o que acabou gerando uma superprodução do suco e diminuição dos seus preços no mercado internacional. É bom lembrar que, apesar da diminuição da área plantada na Região Citrícola, o volume de produção aumentou, o que indica um aumento da produtividade por hectare.

Concentração de Capital Agroindustrial

Lênin foi um dos primeiros a demonstrar que a tendência de concentração do capital não é homogênea em todos os setores produtivos, que esta se manifesta com muito mais intensidade e clareza na indústria, enquanto na agricultura reveste-se de uma série de formas, que adiam ou mesmo fazem regredir estas tendências. No interior do próprio setor agrícola estas diferenças manifestam-se nos diferentes ritmos com que o capital se expande e transforma a produção, subordinando-a a indústria, de acordo com os produtos, os mercados em que atuam e as diferentes condições nacionais e regionais.

Rangel analisou este desenvolvimento para o caso brasileiro, demonstrando como a industrialização processou-se escalonadamente setor após setor, iniciando com as indústrias de bens de consumo leves, posteriormente as indústrias de bens de consumo duráveis e as indústrias de bens de produção. Somente após a construção de todo o edifício industrial brasileiro, a indústria encontrou as condições propícias para transformar a agricultura também em um setor industrial, diretamente subordinado à divisão social do trabalho.

Na análise do autor, o capital industrial viria a tomar o lugar antes ocupado pelos mecanismos oligopolistas de comercialização, responsável pela compra e distribuição dos produtos agrícolas. Os oligopólios elevavam os preços pagos pelo consumidor final e impediam que este aumento revertesse ao produtor agrícola. Isto levava a um recrudescimento da inflação e a constantes crises no setor agrícola. O projeto de modernização da agricultura no Brasil cria incentivos ao capital agroindustrial e à produção agrícola, visando inseri-la no processo de industrialização em curso. Ou seja, paulatinamente proporcionar a expansão da grande produção e uma aproximação dos ritmos de desenvolvimento experimentados em outros setores da economia.

Neste âmbito, o complexo agroindustrial do arroz consolidou-se e se modernizou de forma mais lenta e regionalmente desigual até a década de 1990. Neste período a concentração manifestou-se pelo trunfo da grande produção na agricultura e agroindústria do arroz (proporcionado pelos avanços técnicos) e pela concentração no setor comercial, o que vem recolocando na mão dos comerciantes o mesmo poder que Rangel apontou na década de 1960.

A partir da década de 1990, redes de supermercados como Big, Carrefour e Pão de Açúcar, as quais concentram fatia cada vez maior da comercialização de alimentos vem ocasionando mudança nos mercados consumidores e conseqüentemente pressionando a estrutura produtiva. Ao constituírem-se em grupos de elevada concentração de capital, capacitam-se para pressionar o setor industrial. Enquanto até a década de 1990, os grupos de maiores dimensões apresentavam um caráter *regional e localizado*, com exceção de alguns grupos como Pão de açúcar, a partir deste período inicia-se uma entrada maciça de capital estrangeiro (seja de forma direta ou por aquisições) expandindo-se por todo o país.

Se por um lado, a concentração de capital agroindustrial nos setores de laticínios, carnes, suco de laranja, soja, trigo entre outros, possibilitou a concentração de capital comercial, por outro a concentração de capital comercial pressiona a concentração em setores agroindustriais ainda de baixa concentração, como o arroz. Esta pressão decorre tanto das escalas de produção exigidas, quanto das distâncias dos pontos de produção e comercialização, quanto da concorrência com produtos importados. Como aponta Benetti (2001, p. 71 grifo nosso) há uma “crescente dificuldade dos *produtores regionais* de venderem para as *cadeias de supermercados nacionalmente centralizadas*”.

Assim, as agroindústrias arroseiras investem em tecnologia, aumento da composição orgânica do capital e construção de novas unidades produtivas, visando reduzir custos e aumentar as escalas produtivas. A estagnação do mercado nacional consumidor de arroz leva as empresas de maior porte (Josapar, Urbano Agroindustrial, Camil, Sularroz) a buscarem eliminação dos

concorrentes de menor porte, os “beneficiadores regionais”, para ampliar sua participação no mercado, o que vem gerando uma concentração do capital agroindustrial do arroz.

No RS encontra-se processo mais adiantado com a incorporação da Camil e de ações do grupo Josapar pelo fundo americano Trust Company of the West. Em SC os grupos Urbano Agroindustrial e Indústria e Comércio de Arroz Fumacense, concentram grande fatia da produção e encontram-se em expansão. As cooperativas que industrializam arroz passam por crise financeira e iniciam processos de fusão e incorporação, como a Cooperjuriti e a Itajara.

A expansão dos grupos agroindustriais levou à gestação, a partir do complexo agroindustrial do arroz do Sul do Brasil, de um *padrão nacional de acumulação* até então ausente neste setor. Os maiores grupos construíram múltiplas unidades produtivas nos seus estados de origem (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e na década de 1990 no Centro-Oeste. Isto marca uma expansão geográfica do complexo agroindustrial do arroz do Sul do Brasil e uma reestruturação dos mercados regionais. No entanto, enquanto em complexos agroindustriais como soja, laranja, carnes e leite, as transformações em processos e produtos e o deslocamento espacial do capital deram-se no sentido de aumentar a oferta de produtos diferenciados com alto valor agregado para um consumidor com alto poder aquisitivo, no caso do arroz, as estratégias de expansão dos grupos agroindustriais volta-se em primeiro plano para a conquista de mercados de baixo poder aquisitivo que consomem abaixo da média *per capita*.

Isto explica, em parte, o investimento de diversos grupos no norte de Mato Grosso, o qual constitui-se em ponto estratégico para o abastecimento das regiões Nordeste e Norte do Brasil. Nos estados do Norte e Nordeste predomina o consumo do arroz em feiras, armazéns, no estilo “à granel”. Nestas regiões encontra-se também bastante disseminada a produção de arroz para auto-consumo, o que diminui sensivelmente as compras no mercado. Este arroz é oriundo de pequenos engenhos locais ou de máquinas descascadoras dos próprios locais de comercialização. Ou seja, o padrão de consumo de arroz parboilizado ou arroz polido oriundo de agroindústrias e consumido em supermercados está pouco disseminado nestas regiões, ao passo que no Sul e Sudeste já encontrou seus limites de expansão.

Somando-se a isto, as recessões econômicas seguidas que o país vem passando nos últimos 20 anos, tornando difícil a expansão do mercado como um todo, levaram os capitais a procurar espaços específicos de atuação (nichos, como se convencionou chamar). Perante este quadro, os grupos agroindustriais do Sul do Brasil buscam manter os tradicionais mercados consumidores e conquistar os mercados potenciais do Norte e Nordeste. Esta conquista efetivar-se-á, com a progressiva mudança de padrão de consumo da população (e conseqüente deslocamento dos beneficiadores regionais da atividade) por meio da oferta pelas unidades instaladas em Mato

Grosso, a preços acessíveis, do arroz parboilizado (amarelo) e do arroz polido (branco). A expansão das grandes redes de supermercados vem acelerando este processo.

A realização de programas sociais voltados primordialmente para estas mesmas regiões, como o fornecimento de cestas básicas, bolsa-escola e merenda escolar, vem sendo motivo que justifica o investimento. Com estes, espera-se aumento significativo do consumo de arroz nas regiões beneficiadas. Nas regiões Sul e Sudeste, o chamado *consumo institucional*, representado pelas cozinhas industriais, restaurantes, merenda escolar entre outras, vem interessando aos grupos agroindustriais, uma vez que o *consumo doméstico* do arroz é o que mais vêm regredindo nos últimos anos.

Além da concentração da comercialização nos grandes supermercados, o que favorece os grandes grupos, indústrias como o Josapar vem buscando ampliar sua participação no pequeno varejo via utilização do “broker”, um atacadista especializado em determinados produtos e com contrato de exclusividade. Com esta estratégia o grupo ampliou nos últimos dois anos em 20% sua carteira de clientes no varejo de pequeno porte¹³.

Aliado a expansão de novos mercados consumidores, outro impulso primordial para o investimento de grupos agroindustriais do arroz no centro-oeste é a proximidade das áreas fornecedoras de matérias-primas. Pelo fato de o arroz apresentar um produto final de grande homogeneidade (commodity), com baixo valor agregado, a redução dos custos da matéria-prima é estratégia fundamental. Logo, os grupos tradicionalmente mantiveram ou deslocaram suas unidades produtivas para as áreas com abundância de matéria-prima, que possibilitassem ao mesmo tempo, uma redução dos custos de transportes via criação de uma *renda diferencial*, e um maior controle sobre o produtor agrícola. Assim, o estado do Mato Grosso, que concentra em torno de 16% da produção brasileira de arroz, em especial na região norte, sem contar com uma estrutura de beneficiamento agroindustrial, tornou-se área privilegiada de investimento de grupos agroindustriais tradicionais do Sul do Brasil.

A concentração da capacidade de esmagamento e da participação nas exportações é uma característica presente na indústria citrícola. As cinco maiores empresas são responsáveis pela quase totalidade das exportações do suco de laranja concentrado e congelado, possuem alto nível técnico e controlam várias partes do processo de produção e comercialização: possuem pomares próprios, caminhões tanque para transporte do suco, navios e terminais portuários nos principais mercados consumidores mundiais.

O mercado externo é o destino principal do suco de laranja concentrado produzido no Brasil. Os Estados Unidos foram os maiores consumidores do suco brasileiro até a década de 1990,

¹³ Distribuição, ano X, nº 113, abril 2002.

quando, devido à recuperação dos pomares na Flórida e às barreiras à entrada do suco brasileiro no mercado americano, a Europa se torna o principal importador. Outros mercados também passaram a ter importância, como o caso do mercado asiático.

A disponibilidade da fruta e as inovações no processo de fabricação do suco pronto para beber trouxeram uma nova perspectiva para empresas atuarem no mercado interno. O crescimento deste mercado tem sido notável nos últimos anos. O lançamento de vários tipos de sucos de laranja (integral pasteurizado, reconstituído, adoçados, misturados com outras frutas, etc) tem sido uma das estratégias adotada pelas empresas que atuam nesse setor. A estrutura menos concentrada no ramo de sucos prontos para beber trouxe a possibilidade da entrada de empresas que não atuavam tradicionalmente na produção de suco de laranja.

O estudo da estrutura da indústria, e sua forma de atuação nos mercados externo e interno são fundamentais para a explicação das transformações ocorridas no setor citrícola brasileiro nos últimos anos. A indústria de suco de laranja brasileira é a mais competitiva do mundo e tal competitividade está ligada aos fatores internos que possibilitam a aquisição de matéria-prima e força de trabalho a baixos preços, fato esse que gera vários conflitos entre as partes envolvidas.

Uma Síntese das Estratégias dos Grupos Agroindustriais

Os empresários do complexo agroindustrial do arroz apresentavam comportamento conservador até a década de 1990, em sua relação com o produtor agrícola, em que as agroindústrias agiam mais como um tradicional comerciante usurário do que como capital agroindustrial. Não há sistema de integração e as agroindústrias não influem diretamente nos processos produtivos agrícolas. No entanto, no âmbito das estratégias de comercialização e conquista de mercados, os principais grupos demonstram planejar minuciosamente sua expansão e utilizar modernas estratégias de marketing e distribuição da produção (combinando, de acordo com as especificidades dos mercados regionais, representantes de vendas terceirizados, com vendedores diretos).

Assim, buscamos sintetizar abaixo as principais estratégias dos grupos agroindustriais do arroz, para sua expansão, conquista de mercados, financiamento e aumento da lucratividade:

a) *Criação de uma renda diferencial pela localização das unidades produtivas sempre próximas das áreas produtoras de matéria-prima*- Esta estratégia permite: 1) redução dos custos de transporte, com frequência o próprio produtor agrícola arca com estes custos; 2) atuação oligopólica sobre o produtor, em especial em tempos de safra. Quando possível, os grupos procuram *combinar* a proximidade das áreas de matéria-prima com as áreas consumidoras.

b) *Elevação da composição orgânica do capital, o que possibilita lucros extras via mais-valia relativa*- Desde a década de 1980, os maiores grupos dispuseram de equipamentos para automatização total do processo produtivo. Na década de 1990 houve facilidades para importação de equipamentos digitais de ponta. A isto se soma a criação de indústrias nacionais de equipamentos como *selecionadora digital de grãos e empacotadora digital*.

c) *Atuação em forma de conglomerados, com ramos que se integram verticalmente*- o grupo Josapar possui rede de supermercados com dezenas de lojas, fazendas de produção de arroz, banco genético de sementes e frota própria para transporte da produção. O Urbano Agroindustrial possui empresa própria para transporte da produção (a Transportes Franzner) e uma fabricante de selecionadoras eletrônicas de grãos e empacotadoras eletrônicas, ambas com tecnologia de ponta (a Selgron).

d) *Produção de outros produtos alimentícios relacionados, que compõe uma espécie de pacote na negociação com supermercados*- Os grandes grupos (Josapar, Urbano, Camil) beneficiam produtos como feijão, café, salgadinhos entre outros.

e) *Alto índice de reinvestimento de capital associado à baixa dependência do mercado financeiro*- Somente na década de 1990, os grupos recorrem ao BNDES, ou capital privado para importação de equipamentos ou ampliação da estrutura produtiva.

f) *escolha dos mercados principais onde não concorressem diretamente com uma “marca líder”*- Em virtude da amplitude do mercado nacional, os grupos expandiam-se por áreas onde não houvesse um concorrente forte atuando, as quais passavam a ser suas áreas prioritárias. Assim *expandiram-se sem concorrerem diretamente pelos mesmos mercados*. Onde os grandes grupos concorrem diretamente, não se constitui na “área principal” de nenhum dos grupos. Esta estratégia funciona como uma *divisão territorial do mercado brasileiro entre os principais grupos*. Possibilita ainda que os grupos atuem na verdade como se fossem um monopólio-monopsônio, como indicava Rangel (1986), tanto em relação ao produtor agrícola quanto em relação aos mercados consumidores.

A indústria ao submeter a agricultura aos seus interesses provoca intensas transformações no meio rural. A agricultura passa a produzir diretamente para a indústria, tendo o seu desenvolvimento ligado às necessidades industriais. A dinâmica da produção de laranjas em São Paulo está associada aos movimentos ocorridos na transformação industrial. É a indústria de suco de laranja concentrado que determina os rumos tomados pela citricultura. A consolidação do monopólio da indústria de suco de laranja concentrado está associada aos conflitos entre as partes envolvidas no setor citrícola.

A existência de mão-de-obra barata foi um fator fundamental para a indústria se tornar altamente competitiva. A colheita da laranja é a fase que mais absorve mão-de-obra na produção do suco de laranja. A exploração desses trabalhadores por parte da indústria ou dos citricultores, de forma a pagar o mínimo necessário à reprodução da força de trabalho tem sido uma prática comum. O melhor período para os trabalhadores foi quando da vigência do contrato padrão, que os ligava diretamente à indústria, criando melhores condições de estabilidade no trabalho e melhores salários. Grande parte das conquistas trabalhistas para os trabalhadores volantes se deu devido aos movimentos grevistas da década de 1980.

Nos últimos anos, quando os citricultores passaram a se tornar responsáveis pela colheita, a formação de cooperativas de trabalho passou a ser uma alternativa para reduzir os pagamentos dos direitos trabalhistas e, assim, reduzir os custos da colheita. O papel da Justiça do Trabalho no combate às fraudes ocorridas com as cooperativas foi fundamental para o surgimento de alternativas de contratação.

Outro fator de competitividade na indústria de suco concentrado brasileira é o baixo preço da matéria-prima. A década de 1980 foi marcada por intensos conflitos entre citricultores e industriais que buscavam melhores preços pela caixa de laranja, tais conflitos continuaram ocorrendo com novas características nos anos 90, o que proporcionou uma nova dinâmica na organização do setor citrícola. A adoção do contrato padrão criou ótimas condições para os citricultores, havendo uma expansão dos pomares. Ao mesmo tempo, a indústria buscava aumentar seu grau de verticalização buscando novas áreas para o plantio e evitando uma dependência muito grande da compra de matéria-prima de terceiros. Esse fato levou a superprodução da fruta nos anos 90, ocasionando uma crise para os citricultores que passaram a ter problemas para comercializar a sua safra, o que ocasionou uma diminuição do número de produtores.

Além da aquisição da matéria-prima e da força de trabalho a baixos preços, a indústria citrícola tem adotado diferentes estratégias como forma de se tornar mais competitiva. O papel das inovações e da atuação das empresas no mercado mundial foram de grande importância no processo de centralização dos capitais no setor. Mesmo havendo um forte grau de concentração existe uma tendência a competição internamente ao oligopólio. Tal concorrência tem sido o motor impulsionador das inovações ocorridas no setor. É importante lembrar que com o aumento do nível técnico e a utilização de tais inovações aumenta-se a tendência à oligopolização. Neste sentido, os citricultores e principalmente os trabalhadores, como elos mais fracos deste setor produtivo são os que mais sentem o poder do monopólio e a submissão da agricultura aos interesses da acumulação industrial.

Considerações Finais: Grande Produção, Dinâmica Cíclica e Imperialismo

Embora o desenvolvimento do capitalismo na agricultura assuma variadas formas, ritmos e agentes, não significa que não esteja ocorrendo, como gostam de sugerir os pretensos críticos do marxismo (hoje materializados de maneira mais clara nos defensores de uma suposta agricultura familiar), análogos aos populistas com os quais Lênin confrontou-se. Isso é visível no caso da citricultura em São Paulo, o processo de submissão da agricultura aos desígnios da indústria torna marcante o processo de concentração em grandes fazendas da produção de laranjas. A tendência apontada é a de cada vez mais a grande produção tornar-se o padrão adotado pelas indústrias e citricultores. Mesmo a substituição da pequena produção pela grande disfarça-se em diversos elementos, como a estrutura fundiária e a utilização da mão-de-obra. No estado de SC, por exemplo, a lavoura do arroz concentra-se em propriedades entre 20 e 50 hectares, o que poderia levar a pensar numa predominância da pequena produção, no entanto, estas propriedades apresentam em geral, elevado padrão técnico e alta produtividade. Entre estas, é comum a utilização de trabalhadores assalariados sem registro, o que leva a pensar equivocadamente que o trabalho é familiar.

Assim como o capitalismo desenvolve-se de maneira desigual entre os diversos setores produtivos, também entre as diferentes formações econômico-sociais manifestam-se profundas diferenças. Estas ocorrem em virtude das composições de classe que detém o poder, da estrutura produtiva interna e das condições de inserção no processo geral de desenvolvimento do capitalismo. Lênin (1982) apontou como em fins do século XIX, ressurgiu com toda força o colonialismo, como principal forma de expansão internacional do capitalismo, impulsionado pelo capital financeiro, dando origem ao imperialismo. Ou seja, a substituição da livre concorrência e da exportação de mercadorias, pela era dos *monopólios* e pela *exportação de capitais*. No período de ascensão econômica do pós-guerra até a década de 1970 (fase *a* do quarto ciclo de Kondratieff), em que os capitais do centro estavam em expansão, o imperialismo apoiou o projeto de modernização da agricultura brasileira e o crescimento do capital agroindustrial nacional. No período de crise, a estratégia alterna-se, partindo para a conquista do mercado nacional de produção de alimentos, fertilizantes, sementes e pressionando para que o Brasil importe grandes quantidades de alimentos dos EUA. A desnacionalização do setor de produção e comercialização de alimentos no Brasil da década de 1990 é uma manifestação clara de como o imperialismo conquista setores-chave da economia dos países subdesenvolvidos, em especial nos períodos de crises econômicas em que o capital enfrenta queda da taxa de lucratividade nos países centrais.

Em síntese, no período do desenvolvimentismo no Brasil (1930-80), o aprofundamento da divisão social do trabalho, levando a industrialização e urbanização, em especial no Sul-Sudeste, abriu o mercado para o consumo doméstico do arroz e conseqüente expansão dos grupos

agroindustriais. O mesmo processo possibilitou o surgimento de uma classe de citricultores, base na qual será desenvolvida a indústria de suco de laranja concentrado voltado ao mercado externo.

No passo seguinte da divisão social do trabalho, em conjuntura de crise, o surgimento de novos produtos e serviços para alimentação levou a estagnação do consumo domiciliar do arroz e a expansão do mercado do consumo institucional. No caso da indústria citrícola, esse aumento da divisão social do trabalho, levou um aumento do consumo do suco pronto para beber, possibilitando uma expansão deste mercado. No aspecto econômico-produtivo, o desenvolvimento dos complexos agroindustriais do arroz e da laranja vem ocorrendo pelo triunfo da grande produção, seja na lavoura, seja na indústria, representada por conglomerados empresariais que se expandem por diversas regiões do país.

Bibliografia:

BELIK, Walter. *Muito Além da Porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Campinas: Unicamp-IE, 2001.

BENETTI, Maria Domingues. Argentina e Uruguai: a Nova Fronteira Agrícola Sul-Rio-Grandense. In: *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre: FEE, nº 22, vol 2, 1994.

_____. Reestruturação na Área da Circulação das Mercadorias: O Novo Fator da Luta Competitiva no Mercado Agroindustrial Brasileiro. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 22 nº 1, 2001.

DELGADO, Guilherme da C. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (ORGs). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FRAQUELLI, Jane Aita. A Lavoura Capitalista do Arroz e a Crise de 1926: A ação do Estado e a criação do Sindicato Arrozeiro. In: *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

GIORDANO, Samuel, SPERS, Eduardo. *O Sistema Agroindustrial do Arroz*. São Paulo: Pensafia/FEA/USP, 1998 (mimeo).

GUIMARÃES, Luiz. Josapar Procura Parceria para Sair do Prejuízo. In: *Gazeta Mercantil*, 25/04/2001.

IBGE. Censos Agropecuários. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

LENIN, Vladimir Ilitch. O Capitalismo na Agricultura (O Livro de Kautsky e o Artigo do Sr. Bulgákov). In: GRAZIANO DA SILVA, José, STOLKE, Verena. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.

- LESSA, Carlos. *15 Anos de Política Econômica*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAMIGONIAN, Armen. *Teorias sobre a Industrialização Brasileira*. Florianópolis: UFSC, 2000.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. *Formação, Evolução e Dinâmica do Complexo Agroindustrial do Arroz de Santa Catarina*. Presidente Prudente: UNESP, 2002 (Dissertação de Mestrado em Geografia)
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. São Paulo: Bial, 1963.
- _____. A História da Dualidade Brasileira. In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, n° 4, outubro-dezembro/1981.
- _____. *Ciclo Tecnologia e Crescimento*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982a.
- _____. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. *Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Bial, 1990.
- _____. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Bial/IR, 1999.
- RUCATTI, Evelyn Gischkow, KAYSER, Victor Hugo. Origem e Destino das Importações de Arroz no Rio Grande do Sul. In: *Lavoura Arrozeira*, v. 50, n° 430, jan/fev. Porto Alegre: IRGA, 1997.
- SAMPAIO, Fernando dos Santos. *Made in Brazil: dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- ZANDONADI, Renato. *Fundamentos Técnicos para o Diagnóstico da Agricultura Brasileira 1980 a 1995*. Brasília: CNA, 1996.

Resumo

O presente artigo é fruto do estudo, do ponto de vista geográfico, histórico e econômico do desenvolvimento dos complexos agroindustriais de citros e arroz no Brasil. Realizamos uma análise da cadeia de produção do suco de laranja concentrado e congelado e das indústrias de beneficiamento do arroz.

Tomamos como referência teórica Vladimir I. Lênin (no que se refere a agricultura capitalista e seu desenvolvimento na era do imperialismo) e Ignacio Rangel (no que se refere ao desenvolvimento econômico brasileiro).

Abstract

This article is devoted to the geographic, historical and economic study of the brazilian citrus and rice production development. A characterization of the Frozen Concentrated Orange Juice production chain and the enterprising groups of rice refinement is also provided.

The theoretical reference system applied was taken from Vladimir I. Lenin (regarding capitalist agriculture and its developments in the age of imperialism), and Ignacio Rangel (regarding brazilian economic development specifics).